Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

Juiz é afastado por transformar o gabinete em motel no Paraná

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



Um juiz de direito do Paraná foi afastado após investigação apontar que estaria utilizando o próprio gabinete como uma espécie de suíte particular para encontros íntimos com uma assessora. Segundo a apuração, a rotina teria se repetido durante, aproximadamente, três anos. O Diário da Justiça descreve uma programação que começava por volta das 17h, quando o gabinete era trancado e, pouco depois, começavam os sons suspeitos: gemidos, ruídos ritmados, saltos batendo no chão e móveis sendo arrastados.

Assessora despida

O detalhe é que o gabinete do juiz não era exatamente à prova de som. Servidores, vigilantes e até uma zeladora conseguiam acompanhar, involuntariamente, os acontecimentos. A guarita localizada logo abaixo também oferecia uma espécie de transmissão acústica do que acontecia no andar de cima. A investigação ainda registra uma peça íntima feminina encontrada no chão da assessoria, um colar esquecido no sofá do gabinete e duas ocasiões em que a funcionária teria sido vista parcialmente despida. Ela usava o banheiro coletivo para se lavar até que uma ducha higiênica foi instalada no banheiro privativo do juiz.

Explicação ao Tribunal

Em um dos episódios mais constrangedores, sons e falas atribuídos a uma relação sexual teriam sido ouvidos durante um plantão de sábado, enquanto uma audiência acontecia na sala ao lado. Diante do repertório de acontecimentos, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná decidiu, por unanimidade, instaurar processo administrativo disciplinar para apurar as condutas. Agora, o magistrado terá de explicar por que um espaço destinado à prestação jurisdicional teria sido transformado, segundo as acusações, em ambiente de encontros íntimos.

Ed Alves/CB/D.A Press



No momento certo

A avaliação de juristas é de que, apesar da composição desfavorável no Senado, o presidente Lula deve deixar a indicação do ministro da AGU, Jorge Messias, ao STF para 2027. É que existe entendimento de que uma nova tentativa deve ocorrer em legislatura distinta. Lula não vai querer correr o risco de criar mais uma aresta que possa provocar uma nova recusa de Messias.

Maior e mais importante tribunal

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



A presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), Maria do Carmo Cardoso, foi escolhida neste ano para receber o Prêmio JK-**Correio Braziliense**, na categoria Direito&Justiça. A magistrada recebeu o troféu das mãos do presidente da OAB-DF, Paulo Maurício Siqueira, o Poli. Em seu discurso de agradecimento, a desembargadora ressaltou a importância do tribunal que preside. "Sou presidente do maior e mais importante tribunal desse país, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região. São 12 estados mais o Distrito Federal sob a jurisdição direta. É um tribunal que cuida de cinco biomas, que cuida de populações ribeirinhas, quilombolas, indígenas. É um tribunal que merece este prêmio. Não sou eu que recebo, mas meu tribunal", afirmou sob aplausos.

Reprodução/Unifor



Cidadão de Brasília

Em uma noite marcada por homenagens à trajetória de superação, ao compromisso com a Justiça e às raízes nordestinas que ajudaram a construir Brasília, a Câmara Legislativa concedeu, em solenidade realizada na semana passada, o título de Cidadão Honorário de Brasília ao ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Teodoro Silva Santos. Nascido em Juazeiro do Norte (CE), o ministro atuou como policial militar no Ceará, delegado de Polícia Civil em Rondônia, promotor de Justiça no Ministério Público do Ceará (MPCE) por 18 anos e desembargador do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) de 2011 a 2023. A homenagem foi proposta pelo deputado distrital Ricardo Vale (PT), vice-presidente da Câmara Legislativa.

Fim da isenção de pena por crimes patrimoniais entre familiares

Quem furta dinheiro dos pais ou se apropria de um bem do cônjuge pode responder pelo crime sem a isenção de pena que o Código Penal previa em razão do parentesco ou do casamento. O Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento que derrubou essa regra. Para Hangra Leite, advogada especialista em direito de família e direito da mulher, o julgamento corrige uma contradição antiga. "Desde 2006, a Lei Maria da Penha trata a violência patrimonial como violência doméstica contra a mulher. Mesmo assim, o Código Penal continuava garantindo impunidade ao marido, filho ou pai que se apropriasse dos bens dela. Na prática, uma lei reconhecia a agressão, e a outra a perdoava", afirma.

Rompimento da relação abusiva



Divulgação

A advogada Hangria Leite destaca que o controle sobre o dinheiro e os bens da vítima pode dificultar o rompimento de uma relação abusiva. "O vínculo familiar, que deveria pesar contra o agressor, funcionava como proteção para ele. Ao derrubar essas regras, o Supremo reconhece o que vemos todos os dias na advocacia: o controle financeiro é uma das principais formas de prender a mulher a uma relação abusiva, e costuma vir junto com a violência psicológica e física." O advogado Fábio Souto, especialista em Direito Penal, concorda com o fim da isenção. Para ele, o vínculo familiar não deve impedir a responsabilização por crimes patrimoniais, mesmo quando o prejuízo é de pequeno valor.



Luiz Roberto/TSE

"Em 10 anos, o Brasil teve 500 mil homicídios e 7% desses casos chegaram a júri. Então, esse sistema processual — não é culpa do Poder Judiciário é do sistema de Justiça e do sistema processual e aí fez menção o eminente ministro Alexandre de Moraes sobre a necessidade do aprimoramento legislativo, mas eu vou além. Sei que há resistências a isso, mas seguindo aquela premissa de que há ideias que um dia seu futuro chega, no sentido de que temos de acabar com o tribunal do júri"

Ministro Dias Toffoli, do STF